

Especialização em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura

1ª edição (2017-2018)

Programa

1. Introdução

A Especialização em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura é um curso de pós-graduação lato sensu, de oferta presencial em sua primeira edição, prevista para o período de 2017-2018. O desenvolvimento e oferta do curso é fruto de parceria entre a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), com o intuito de promover ações vinculadas à qualificação teórica e prática dos servidores públicos voltados à ação regulatória e à prática do controle da administração pública.

A escolha da área de políticas de infraestrutura se faz por sua importância estratégica para a retomada do desenvolvimento econômico em bases sustentáveis, numa perspectiva de longo prazo.

No marco da gestão pública responsiva, submetem-se aos valores da governança pública, orientada à satisfação do interesse público e ao alcance de resultados com eficiência e eficácia, e devem aliar a busca da qualidade regulatória, da decisão baseada em evidências e do rigor técnico, à necessidade de assegurar transparência, efetividade, responsabilização e agilidade em sua gestão.

Nesse contexto, preparar quadros técnicos qualificados para o exercício das funções regulatórias e o seu controle, num quadro de complexidades técnicas e tecnológicas crescente, alto volume de informações, grande velocidade de mudanças na conjuntura e nos setores regulados, em que a confiança no Governo e de suas instituições depende da qualidade da governança das instituições, é mais do que uma necessidade.

As estruturas de carreira do Poder Executivo, tanto no âmbito das próprias agências

reguladoras, responsáveis pela regulação em si, quando no dos ministérios supervisores, responsáveis pela definição das políticas públicas setoriais, e do Tribunal de Contas da União, ao qual cabe o exame ex ante dos processos de outorga e a auditoria operacional de todo o processo regulatório, demandam a oferta, pelas Escolas de Governo (em especial a Enap e o ISC), de cursos de especialização que permitam a permanente atualização de conhecimentos e o seu aprofundamento, com vistas a assegurar as competências necessárias aos respectivos papéis institucionais.

No âmbito do Poder Executivo, as dez agências reguladoras federais, criadas a partir de 1996, respondem pela regulação e fiscalização de setores como telecomunicações, energia, gás, petróleo e biocombustíveis, aviação civil, transporte aéreo, aquaviário e terrestre, cinema e audiovisual, saúde suplementar, vigilância sanitária e recursos hídricos. O seu papel é assegurar o cumprimento da legislação setorial, e o de ajustar, mediante o exercício de suas competências regulatórias, a administração das leis, editando normas e complementado o marco legal, em contínua adaptação à realidade, promover os processos de licitação para outorgas, ou mesmo, em alguns casos, exercer o poder concedente, e assegurar o cumprimento dos contratos de concessão e dirimir conflitos, e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas regulatórias.

A função regulatória, contudo, transcende as próprias agências reguladoras, e é exercida por meio de diferentes arranjos organizacionais e institucionais, no Poder Executivo. Assim, tanto órgãos como ministérios, secretarias ministeriais e conselhos exercem funções reguladoras, como autarquias dotadas de diferentes graus de autonomia.

No âmbito específico do TCU, a Constituição de 1988 estabelece que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio dessa Corte de Contas. Cabe ao TCU verificar a atuação das agências reguladoras e, para esse fim, foi criada, em 1998, a 9ª Secretaria de Controle Externo (9ª Secex), em seguida denominada Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid), unidade técnica responsável pelo acompanhamento dos processos de desestatização no âmbito da administração pública federal. A partir de 2013, o Tribunal passou por uma reestruturação, a fim de atuar de maneira especializada em todas as áreas do controle e separadas por regiões do País. Em 2017, a unidade deixou de cuidar de uma região específica e passou a se chamar Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura (Coinfra), que congrega as Secretarias de Fiscalização de Infraestrutura nos seguintes assuntos: Energia Elétrica; Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura; Petróleo e Gás Natural; Portuária e Ferroviária; Rodoviária e de Aviação Civil; Hídrica, de Comunicações e de Mineração; e de Infraestrutura Urbana.

Para acompanhar a prestação de serviços públicos nessas áreas, a Coinfra requer um corpo técnico altamente qualificado e especializado, o que motiva um investimento massivo em ações de desenvolvimento especialmente delineadas para as necessidades da unidade.

No Poder Executivo, as agências reguladoras têm buscado, individualmente, proporcionar aos seus servidores oportunidades de qualificação, mediante o acesso a programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu ofertados por instituições acadêmicas. No âmbito ministerial, as iniciativas são menos estruturadas, em face da maior pulverização e heterogeneidade de situações.

A partir de 2008, o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão

em Regulação – PRO-REG, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, buscou ampliar a oferta de cursos de formação e aperfeiçoamento para o quadro de pessoal das Agências Reguladoras e dos ministérios supervisores, em parceria com a George Washington University e com a Enap.

No âmbito do TCU, foram promovidos pelo ISC Cursos de Especialização em Controle da Regulação em 2002 e 2009. Contudo, grande parte dos egressos dessas especializações já não mais atuam na área de controle da regulação, em virtude, dentre outros motivos, de aposentadorias, movimentações e assunção de funções comissionadas.

Além disso, houve ingresso de novos servidores nessa área, tanto no Executivo quanto no Legislativo, sendo necessário investir na especialização desses servidores.

Isso posto, verifica-se a necessidade da realização de novas ações de educação continuada de mais longo prazo nessa área, em especial da oferta de uma nova Especialização, desta feita ampliando o seu escopo para incorporar o recente debate sobre governança regulatória, com o objetivo de desenvolver as competências profissionais necessárias ao desempenho das atividades afetas à regulação de serviços públicos concedidos.

2. Objetivo do curso

Ampliar a competência profissional de servidores públicos federais e empregados públicos federais na área da regulação para melhoria da governança e do controle de serviços públicos concedidos.

2.1 Competências a serem desenvolvidas:

- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor atuante na área de Regulação em Infraestrutura que lhe possibilitem atuar na análise de problemas regulatórios, na definição e elaboração de alternativas e instrumentos regulatórios coerentes, consistentes e inovadores, que propiciem um ambiente confiável para os investidores em geral, alinhando as estratégias e os processos da área de Regulação às necessidades do mercado, adicionando valor ao marco regulatório nacional, e na sua implementação e avaliação, e nos processos de outorga, execução contratual e desempenho de serviços regulados.
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe possibilitem atuar no controle externo da regulação, nas fases de análise e avaliação de processos de outorga, da execução contratual e do desempenho de entes reguladores e de instâncias formuladoras de políticas setoriais de infraestrutura.
- Fortalecer o emprego de conceitos, habilidades e instrumentos de governança regulatória no ciclo regulatório.
- Fomentar a capacidade regulatória do Estado brasileiro, auxiliando a que quadros funcionais possam mais bem coordenar suas funções e deter conhecimentos básicos de etapas e trabalhos que lhes são complementares e/ou interdependentes.
- Oferecer aos servidores um espaço para a reflexão crítica e a aquisição de novos conhecimentos sobre a regulação estatal, em especial no que se refere aos serviços de infraestrutura, e o controle externo exercido sobre entes reguladores.
- Possibilitar o desenvolvimento de pesquisa e grupos de discussão específicos na área

de regulação de infraestrutura e de serviços públicos e seu controle.

3. Público-alvo

O curso tem como público-alvo servidores públicos federais e empregados públicos federais ocupantes de cargo de nível superior, prioritariamente dos seguintes grupos:

- Grupo A: Servidores das agências reguladoras federais das áreas de infraestrutura e de exploração de bens públicos (ANEEL, ANATEL, ANAC, ANP, ANTT, ANTAQ e ANA) e dos respectivos ministérios supervisores; Auditores Federais de Finanças e Controle do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que atuam na Secretaria de Controle Interno e na auditoria de políticas econômicas, de produção e de infraestrutura; e Procuradores federais e Advogados-Gerais da União (AGU).
- Grupo B: Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) da sede, que atuam preferencialmente nas Secretarias da Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura (Coinfra).

4. Carga horária

O curso será oferecido na modalidade presencial e tem carga horária total de 363 horas, composta por 14 disciplinas obrigatórias e 2 disciplinas optativas a serem cursadas em até 3 semestres letivos.

Além da carga horária de 363 horas, o aluno terá o prazo de 120 dias para elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

5. Local e regime de aulas

As aulas ocorrerão na Enap, localizada no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS) Área 2-A. 70610 900 - Brasília, DF e no Instituto Serzedello Corrêa (ISC) localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, trecho 3, lote 3, CEP 70.200-003.

A carga horária semanal de aulas é de 9 horas, distribuídas em 2 dias da semana, sendo um dia no período noturno (segundas-feiras das 19h às 22h), na Enap e um dia nos períodos matutino e vespertino (sextas-feiras das 9h às 12h e das 14h às 17h), no ISC.

Eventuais aulas de reposição e demais atividades poderão ocorrer em outros locais, previamente informados pela Coordenação do Curso.

6. Processo seletivo

Para ingresso no curso, o candidato deverá ser aprovado em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla duas etapas consecutivas:

- Análise e avaliação curricular;
- Análise e avaliação de memorial e pré-projeto.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap e especialistas contratados para esse fim.

7. Investimento

O curso será realizado sem ônus para servidores públicos federais ocupantes de cargo

efetivo ou empregados públicos federais concursados, que integrem quadro de pessoal de entidades federais que recebam recursos da União para pagamentos de despesas de pessoal. Os demais empregados públicos concursados deverão arcar com os custos do curso.

8. Requisitos para ingresso no curso

Para participação no curso é necessário atender aos seguintes requisitos:

- I. Ter diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- II. Ser servidor público federal ocupante de cargo efetivo ou empregado público federal concursado;
- III. Ser aprovado em processo seletivo conduzido pela Enap e pelo ISC;
- IV. Apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula.

9. Metodologia

A prática pedagógica do curso privilegia o ensino aplicado e a articulação entre teoria e prática, buscando associar a aprendizagem à reflexão e à análise de problemas concretos por meio de recursos didáticos que ajudem a trazer à sala de aula a realidade do setor público e que favoreçam a troca de experiências. Também fomenta o desenvolvimento de novas soluções para inovação do planejamento e gestão no setor público.

10. Titulação

O título a ser conferido ao concluinte do curso será de Especialista em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura.

Para obtenção do título é necessário que o aluno cumpra todas as exigências relativas à frequência, avaliação e aprovação no trabalho de conclusão do curso, definidas nos documentos orientadores e normativos (programa, regulamento e edital de seleção).

11. Estrutura curricular

As atividades e o conteúdo do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo:

Cód.	Disciplinas	Carga horária
D.	Obrigatórias	
D.1	Políticas Públicas e Regulação	24
D.2	Teoria Política e Econômica da Regulação	36
D.3	Governança e Qualidade regulatória	36
D.4	Direito e Regulação	24
D.5	Defesa da Concorrência	24
D.6	Regulação de Indústrias de Rede	36
D.7	Finanças Aplicadas à Regulação	24
D.8	Modelagem Econômico Financeira na Regulação de Infraestrutura	36
D.9	Análise de Impacto Regulatório	24
D.10	Regulação e Meio Ambiente	15
D.11	Judicialização e Política Regulatória, Economia Comportamental e Ferramentas Alternativas de Regulação	24

D.12	Tópicos Especiais em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura	36
D.13	Metodologia de Pesquisa	24
D.14	Práticas em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura	24
	TOTAL	363
O.	Optativas	
O.1	Métodos Quantitativos Aplicados à Regulação	24
O.2	Regulação e Parcerias	24
	TOTAL	48

12. Ementa das disciplinas

12.1. Obrigatórias

D.1 – Políticas Públicas e Regulação

O Modelo Burocrático. A Estrutura do Estado Brasileiro. Publicização. O Público não-Estatal. Mecanismos de Reforma do Estado. Estado Regulador e Políticas Públicas. Modelos de Reforma do Estado. A reforma gerencial e a EC 19/98. Agências Reguladoras: autonomia, organização, funcionamento e competências. Descentralização de atividades. Situação atual do Brasil – comparação intersetorial. Teoria das Escolhas Públicas: Atores e Redes. A Dicotomia entre Política e Administração. As disfunções ou patologias nas relações entre Política e Burocracia. Teoria da Agência. Mecanismos de accountability democrática. Simplificação administrativa e Desburocratização. Desafios de modernização do Estado Brasileiro. Políticas Públicas: Conceitos, atores e principais aspectos que se relacionam com a Regulação e o Controle. O Ciclo da política pública: formulação, implementação e avaliação. Tipos e métodos de avaliação de políticas públicas.

D.2 – Teoria Política e Econômica da Regulação

Conceitos de regulação, desregulação, correção e re-regulação. Regulação teórica, doutrinária e prática. Definição de mercados. Falhas de mercado e falhas de governo. Poder de mercado, competição e bem-estar. Captura regulatória. Cartéis, competição predatória e abuso de posição dominante. Teoria do interesse público. Justificativas econômicas. Os processos de regulação estatal. Estratégias regulatórias (regulação responsiva, smart regulation, regulação focada em problemas); Boas práticas regulatórias. Teorias explanatórias de modelos de privatização e regimes regulatórios. Falhas regulatórias. Risco regulatório. Estudos de casos comparados. 2. Teoria econômica tradicional das indústrias reguladas. Estrutura de mercado, concorrência perfeita e monopolística, oligopólio, monopólio. Formação de preços em monopólios e monopólios naturais. Regulação de monopólios naturais. Regulação de serviços públicos competitivos. Estratégias regulatórias: custo serviço, preços máximos. Críticas econômicas à regulação tradicional. Reformas na indústria sob a ótica da teoria econômica. Regulação sob a ótica da economia neoinstitucionalista. Estudos de casos.

D.3 – Governança regulatória

Governança regulatória. O ciclo da política regulatória. Legitimidade e transparência do processo regulatório. Qualidade da regulação. Regulação baseada em evidências. Autonomia

regulatória. Capacidades estatais e burocracia. Profissionalização na gestão regulatória. Processo de decisão colegiada nas Agências Reguladoras. Participação social. Consultas e Audiências Públicas. Captura regulatória e conflitos de interesses. Coerência regulatória. Coordenação Governamental, Supervisão regulatória e políticas públicas. Revisão do Estoque Regulatório. Organismos de Supervisão regulatória. Accountability regulatória. A relação das Agências com o Poder Legislativo. Cooperação internacional em regulação. A Lei de Acesso à Informação e a Lei Anticorrupção.

D.4 – Direito e Regulação

A atuação do Estado no domínio econômico. Serviços públicos e regulação estatal. Harmonização da ordem econômica constitucional com a prática da delegação de serviço público. Divergências sobre o conceito de serviço público. Contrato de concessão de serviço público: evolução histórica e características, conceito, efeitos trilaterais, intervenção, extinção. Questões controversas afetas aos instrumentos jurídicos de delegação de serviços públicos: concessões, permissões, autorizações, arrendamentos e franquias. Tipos de licitação, modalidades, critérios para definição do valor mínimo da outorga ou da tarifa máxima. PPPs. Agências Reguladoras: Autonomia das Agências Reguladoras sob a perspectiva constitucional; O poder regulamentar das Agências; O controle das Agências Reguladoras. Aspectos jurídicos do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Dos direitos e deveres do concessionário, regulador e consumidor. Aspectos práticos da outorga e da execução dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos: estudos prévios de viabilidade da concessão. Aspectos jurídicos da universalização dos serviços. Responsabilidade extracontratual dos concessionários. A teoria da imprevisão nas revisões tarifárias.

D.5– Defesa da Concorrência

Direito Econômico, Estado e Desenvolvimento. Direito Concorrencial e questões societárias. O controle do poder econômico: estruturas e condutas anticoncorrenciais. Regulação da defesa da concorrência. Políticas e instrumentos de defesa da concorrência. O Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica. O controle do poder econômico pelo estado: a repressão a condutas abusivas e a apreciação e fiscalização de atos de concentração. Proteção e defesa econômica do consumidor. Instrumentos de defesa do consumidor. Sistema de Defesa da Concorrência: estrutura, atuação e estudos de casos. Introdução de concorrência em indústrias reguladas. Subsídios cruzados, preços sustentáveis, “*cream skimming*”. Regulação parcial e proteção dos consumidores cativos. Questões controvertidas em direito da concorrência no Brasil aplicável aos serviços públicos. Estudos de casos comparados.

D.6– Regulação de Indústrias de Rede

Regulação de monopólios e de monopólios naturais. Modalidades de financiamento e escolha tecnológica. Economia das indústrias de rede e formas de intervenção estatal: o nascimento da regulação técnica e econômica. Formação de preços em monopólio não-regulado e em monopólio regulado. Conceitos básicos e tarifação tradicional por custo de serviço. Variáveis reguladas: regimes tarifários, aferição do equilíbrio econômico financeiro. Mecanismos de fiscalização de variáveis reguladas; a descentralização da fiscalização; controle

social; variáveis intervenientes no processo regulatório: os agentes envolvidos. Regulação por incentivos, regulação para competição. Problemas econômicos da universalização. Relacionamento da indústria com os usuários de seu serviço. A regulação das empresas pela sociedade: o papel dos usuários dos serviços. Regulação técnica, social, ambiental e para competição. Especificidades de indústrias de rede: compartilhamento, unbundling e acesso. Estudos de casos dos setores de energia, de telecomunicações, de transporte e de petróleo e gás. Críticas à regulação tradicional. Novas formas de regulação. Contratos, cardápios e incentivos. Diversificação das estratégias das empresas e novas formas de regulação. Regulação da estrutura e da conduta: combinação da regulação setorial e de defesa da concorrência. O jogo da regulação e a importância dos contratos: principal variável a ser regulada; análise comparativa de agências de regulação.

D.7 – Finanças Aplicadas à Regulação

Tópicos de Matemática Financeira: juros simples e compostos, fluxo de caixa, taxa de juros, valor presente líquido, TIR, TIRM (modificado), *Payback*, taxa de desconto. Finanças aplicadas à regulação: estrutura de capital; fontes de captação. Métodos WACC e CAPM. O Beta e o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). Limitações do CAPM. Custos do capital próprio e do capital de terceiros. Custo médio ponderado de capital (CMPC). Estrutura de capital. Risco e retorno. Análise de projetos em condições de incerteza. Critérios de classificação de projetos de investimentos: VPL, TIR, *payback* simples e descontado, ILL e *Break Even*. EVA e MVA. Estimativa de resultados futuros esperados. Análise de viabilidade econômica. Seleção de projetos de investimento e financiamento. Controle e índices de rentabilidade. Indicadores de mercado: P/L. Indicadores de resultado dos contratos; Matriz de riscos; Equilíbrio Econômico-Financeiro (“EEF”) e suas funções; Limites do sistema de equilíbrio econômico-financeiro; revisões ordinárias e extraordinárias do contrato e o reequilíbrio; Características econômicas dos contratos de concessão, da permissão e da autorização; equilíbrio econômico-financeiro e proteção contra riscos alocados ao Poder Concedente e do incumbente; plano de negócios, fluxo de caixa marginal e taxa interna de retorno como parâmetro de equilíbrio dos contratos; critérios para precificação dos custos; taxa de rentabilidade; compensações: tarifas, prazos e pagamentos públicos e outras formas. Repactuação do contrato e reequilíbrio; Reversão, caducidade e indenizações.

D.8 – Modelagem Econômico Financeira na Regulação de Infraestrutura

Preparação das demonstrações financeiras para análise e seus objetivos. Critérios de análise das demonstrações contábeis. Análise vertical, análise horizontal, diferenças absolutas e quocientes. Principais indicadores econômico-financeiros. Indicadores de liquidez, estrutura de capital. Rentabilidade e índices operacionais de giro do estoque. Prazo médio de pagamento e prazo médio de recebimento. A importância das notas explicativas. Relatório da Diretoria e Parecer da Auditoria. Modelo integrado de projeção de fluxo de caixa, DRE e balanço patrimonial. Projeção de vendas (sazonalidade de vendas, médias, móveis, tendências, correlação com o PIB, componente cíclico). Movimentação do ativo imobilizado (novos investimentos, baixas e depreciação). Projeção do custo de produção do período (custo fixo + variável). Projeção da necessidade de capital de giro. Projeção do fluxo de caixa operacional. Tributos. Movimentação simultânea dos financiamentos de curto prazo com o

fluxo de caixa. Cálculo do valor do caixa. Cálculo do valor da empresa/empreendimento com base no Fluxo de Caixa. Determinação de tarifas com base no Fluxo de Caixa. Estudos de caso na regulação de infraestrutura.

D.9 – Análise de Impacto Regulatório

O ciclo da política regulatória e a Análise de Impacto Regulatório. Requisitos para a AIR. Benefícios da AIR. Custos regulatórios. Governança da AIR. Elementos da AIR. Modelos de AIR: análise custo-benefício, análise multicritério, análise custo padrão, análise de custos de conformidade. Participação social na AIR. Técnicas de consulta e coleta de dados. O Relatório da AIR. O papel dos Organismos de Supervisão Regulatória. Experiências Internacionais. AIR no Brasil.

D.10 – Regulação e meio ambiente

Regulação ambiental e seu impacto na regulação de infraestrutura. Órgãos ambientais Federais, estaduais e municipais: competências e atuação no ciclo regulatório e processos de outorga. Análise de impacto ambiental. Crimes ambientais. O novo Código Florestal. O papel dos atores sociais.

D.11– Judicialização e Política Regulatória, Economia Comportamental e Ferramentas Alternativas de Regulação

Judicialização de políticas públicas e de políticas regulatórias. O Papel do Judiciário e do Tribunal de Contas na aferição do mérito das decisões regulatórias. O princípio da vedação do retrocesso social. O princípio da vedação do retrocesso ambiental. A teoria da Reserva do Possível. Liminares em matéria regulatória: estudo de casos. 2. Fundamentos da economia comportamental: tomada de decisão em economia e psicologia. Ciências comportamentais aplicadas aos processos decisórios: aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Racionalidade limitada. Heurísticas e vieses. Modelos duais de processamento mental. Teoria prospectiva. Autocontrole limitado e escolhas intertemporais. Autointeresse limitado e comportamento altruísta. Motivação, normas sociais e identidade. Atenção limitada. Estruturação dos processos decisórios. Ferramentas alternativas de regulação: Paternalismo libertário, arquitetura da escolha e o emprego de “nudges”. Experiências internacionais em economia comportamental voltadas ao aprimoramento da regulação.

D.12 – Tópicos Especiais em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura

Palestras e seminários com atores nacionais e internacionais (reguladores, agentes, usuários, demais órgãos governamentais) dos setores elétrico, de petróleo e gás, de telecomunicações, ferroviário, portuário, rodoviário, de transporte de passageiros, aviação civil e serviço postal.

D.13 – Metodologia de Pesquisa

Conhecimento científico. Introdução à pesquisa científica. Características e classificação da pesquisa científica. Métodos científicos. Normas da ABNT. Pesquisa e revisão de literatura. Levantamento de informações para pesquisa. Problema e hipóteses de pesquisa. Apoio à

elaboração de artigo. Orientação metodológica para a elaboração do trabalho de conclusão do curso. Estrutura do trabalho acadêmico e suporte à construção do anteprojeto de pesquisa. Projeto de pesquisa. Relatório de Pesquisa. Projeto de Intervenção.

D.14 – Práticas em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar a relação entre os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas do curso e sua aplicabilidade prática na gestão pública; analisar criticamente as ações nesse campo, de modo a desenvolver uma visão global dos desafios enfrentados pelos gestores; e estabelecer relações entre as fases do ciclo de gestão e as condições organizacionais encontradas na administração pública.

12.2. Optativas

O.1 - Regulação e Parcerias

A parceria da Administração com a iniciativa privada. Parcerias público-privado: limites e possibilidades. O papel dos órgãos de coordenação governamental na definição das Parcerias. Supervisão e controle nas PPPs. Autorregulação e correção. Alcance da atividade fiscalizatória nas PPPs. O Programa de Parcerias e Investimentos.

O.2 Métodos Quantitativos Aplicados à Regulação

Medidas básicas: média, mediana, moda, variância e desvio padrão. Histogramas. Variáveis aleatórias: conceito, valor esperado, principais variáveis aleatórias contínuas e discretas. Estimativa de parâmetros: métodos, distribuição, viés e consistência. Intervalos de confiança e testes de hipótese. Regressão Linear: modelo linear, estimativa de parâmetros, regressão simples, regressão múltipla, estudo de casos, qualidade dos parâmetros e diagnóstico da regressão. Métodos de Análise Multivariada. Métodos Quantitativos Aplicados à Política da Concorrência. Métodos Quantitativos Aplicados à Regulação.

